



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

# Whistleblowing: 3, 2, 1...

O que tem planeado  
para 2022?

**Com a entrada em vigor da nova legislação relativa à Proteção de Denunciantes (ou whistleblowers), é fulcral que as entidades públicas e privadas adotem sistemas robustos de compliance que permitam realizar os objetivos legais com eficácia e segurança, reduzindo também os riscos financeiros, reputacionais e de litigância.**

1.

## **Do que trata a Lei n.º 93/2021?**

A Lei n.º 93/2021 transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União Europeia.

2.

## **Quem está obrigado à criação de canais de denúncia interna?**

O âmbito subjetivo é abrangente, incluindo pessoas coletivas que empreguem 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores, abrangendo entidades privadas, o Estado e outras entidades públicas.

3.

## **Quais as infrações e áreas abrangidas?**

É passível de denúncia qualquer ato ou omissão contrários ao Direito Europeu em praticamente todas as áreas e que consista numa:

- infração cometida, em curso ou cujo cometimento possa ser previsto; ou
- tentativa de ocultação de infrações.

4.

## **Quem é denunciante?**

As denúncias são promovidas por pessoas singulares que tenham obtido uma tal informação no âmbito da sua atividade profissional, incluindo um leque muito alargado de profissionais, nomeadamente trabalhadores, prestadores de serviços e fornecedores, titulares de participações sociais e membros dos órgãos sociais, voluntários e estagiários.

Pessoas ligadas aos denunciante também podem beneficiar da proteção deste regime.

5.

## **Como opera a denúncia?**

Os canais internos de denúncia devem possibilitar a apresentação e o acompanhamento seguro das denúncias, garantindo a respetiva integridade e conservação, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos, oferecendo garantias de confidencialidade e impedindo o acesso não autorizado.

6.

## **Como é que o denunciante é protegido?**

A tutela conferida aos denunciante inclui a proibição de retaliação. A prática de atos de retaliação dita obrigação de indemnização.

7.

## **E em caso de incumprimento?**

A não observância do novo enquadramento legal implica responsabilidade contraordenacional, para além de outras sanções civis e criminais eventualmente aplicáveis.

8.

## **Quando entra o diploma em vigor?**

A Lei n.º 93/2021 entra em vigor a 18 de junho de 2022.

## Serviço Whistleblowing

# Como podemos ajudar?

Contamos com vários anos de experiência na assessoria jurídica a grandes entidades públicas e privadas nas várias áreas abrangidas pelo Whistleblowing, como Laboral, Privacidade e Proteção de Dados, Europeu e Concorrência, Contencioso e Compliance, Público, Financeiro & Governance.

**As obrigações impostas abrangem, nomeadamente, as seguintes áreas:**



Contratação Pública



Serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo



Segurança e conformidade dos produtos



Proteção contra radiações e segurança nuclear



Proteção do Ambiente



Segurança dos alimentos para consumo humano e animal, saúde e bem-estar animal



Saúde Pública



Defesa do Consumidor



Segurança dos Transportes



Regras do mercado interno e de fiscalidade societária



Proteção da privacidade e de dados pessoais e segurança da rede e dos sistemas de informação



Interesses financeiros da União Europeia



Criminalidade violenta, especialmente violenta e altamente organizada



Crimes previstos no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira

# O nosso programa de adaptação e implementação



## Fase 1

### Kick-off

## Fase 2

### Relatório

## Fase 3

### Revisão e Adaptação

P – 5

#### Definição de objetivos

Abordagem “*tailor made*”

Definição dos objetivos em função das necessidades de cada organização

Verificação das estruturas de reporte pré-existent

Identificação dos responsáveis pelo acompanhamento das denúncias

#### Gap Analysis

Relatório de análise da situação atual e das medidas necessárias de acordo com as novas exigências legais

Criação de um Plano de Ação

#### Estruturação de Políticas de Whistleblowing

Revisão das políticas existentes (Ex. Códigos de Ética / Códigos de Conduta/ Políticas *anti-money laundering*/ Políticas de Privacidade e Proteção de Dados)

Elaboração de regulamentos de whistleblowing para os diversos destinatários (trabalhadores, prestadores de serviços, membros de órgãos estatutários, fornecedores, voluntários e estagiários, etc.)

# O nosso programa de adaptação e implementação



## Fase 4

### Implementação

## Fase 5

### Formação\*

## Fase 6

### Follow up\*

P – 6

#### Implementação de um canal interno de reporte de denúncias

Possível parceria com uma plataforma digital de denúncias

Assistência na parametrização da plataforma digital, de forma a garantir a observância das exigências decorrentes do regime jurídico nacional

#### Ações de Formação

Estruturação/organização de sessões de formação referentes à gestão da plataforma

**\*opcional**

#### Execução

Assistência na gestão de reclamações, auditorias e procedimentos disciplinares, elaboração de relatórios e recomendações

*Follow up* de legislação, jurisprudência, *guidelines* e recomendações

**\*opcional**

# Equipa

O serviço Whistleblowing conta com uma equipa multidisciplinar e *business-oriented*.



**Ana Rita Paínho**  
Sócia

Privacidade e Proteção de Dados



**Rita Canas da Silva**  
Sócia

Laboral



**Miguel Gorjão-Henriques**  
Sócio

Europeu e Concorrência



**Paula Bordalo Faustino**  
Of Counsel

Público



**Margarida Costa Gomes**  
Consultora

Laboral



**Alberto Saavedra**  
Advogado Sénior

Europeu e Concorrência



**Ana Brito Camacho**  
Advogada Sénior

Penal, Contraordenações e Compliance



**Inês Palma Ramalho**  
Advogada Sénior

Financeiro e Governance



**Inês de Sá**  
Advogada Sénior

Privacidade e Proteção de Dados



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

**Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL**

Rua Garrett, 64

1200 - 204 Lisboa – Portugal

T. +351 21 093 30 00

[www.servulo.com](http://www.servulo.com)

[geral@servulo.com](mailto:geral@servulo.com)



[www.linkedin.com/company/s-rvulo-&-associados](https://www.linkedin.com/company/s-rvulo-&-associados)